

PLANO **STJ** 2020



# RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Superior Tribunal de Justiça

1º Trimestre de 2016

Brasília - DF



## Sumário

1. PLANO STJ 2020 .....	3
2. INDICADORES .....	5
3. ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO .....	19
4. PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS .....	20
5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO .....	23



1. PLANO STJ 2020



Legenda:

Situação Ótima	A partir de 95%
Situação Aceitável	Entre 80 e 94,99%
Situação Crítica	Abaixo de 80%
Não mensurado	Sem mensuração no período devido
Não aplicável	Sem meta ou em estudo

**Sumário executivo:**

<b>Movimentação Processual (jan a mar)</b>	
Distribuídos	77.328
Julgados	88.569
Em tramitação	396.959

De uma forma geral, o **Plano STJ 2020** termina o seu primeiro trimestre de 2016 em situação aceitável, com **84,58%** de cumprimento.

Mais uma vez, os resultados que se referem ao objetivo *Buscar a excelência na prestação jurisdicional*, na perspectiva processos internos, foram impactantes com 98,53% de cumprimento, com destaque para os indicadores *Atendimento à demanda*, que superou a meta em 14,81%; *Agilidade no julgamento*, com superação acima de 12%, e *Processos antigos recebidos em 2013 com primeira decisão*, superando a meta de julgar 90% dessas ações. Ao atingir essas metas, o Tribunal materializa cada vez mais a “efetividade” que é parte intrínseca de sua missão. Os resultados também demonstram que houve empenho para atingir as metas do objetivo *Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa*, cujo resultado final ficou em 91,92%, o que contribui para a visão positiva que o cidadão tem do STJ.

Quanto à perspectiva *Sociedade*, esta atingiu o resultado de 99,12%, com o indicador *Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania* atingindo 100% e o Satisfação do cidadão superando em 18,24% a meta estipulada.

Por fim, destaca-se o investimento do Tribunal na capacitação de seus colaboradores, uma das preocupações da *Perspectiva Pessoas e Recursos*, o que pode ser demonstrado pela superação da meta do 2º trimestre ainda no 1º/2016, medido pelo indicador *Adesão às ações de educação corporativa*. O conhecimento do servidor vem sendo bastante aproveitado por meio das *Ações de educação promovidas com instrutores interno*, que superou a meta para o período em 6,67%. Isso demonstra a preocupação da alta administração com os gastos em capacitações em tempos de restrição orçamentária. Apesar de 4 dos 5 objetivos estarem em situação ótima, a mensuração da perspectiva ficou em estado crítico pela falta de mensuração dos indicadores do objetivo *Assegurar e gerir o orçamento*.

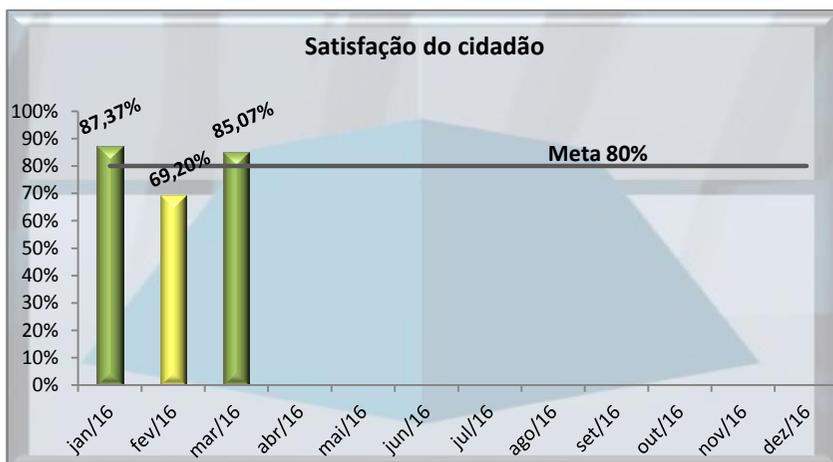
A seguir, consta o detalhamento dos indicadores e iniciativas que compõem a estratégia do Tribunal, bem como uma breve descrição do alinhamento estratégico nas unidades.



## 2. INDICADORES



Objetivo: Oferecer serviços com qualidade



**Comentário:** A Pesquisa de Satisfação do Cidadão do STJ permaneceu nos moldes anteriores nos meses de janeiro e fevereiro, e, em 1º de março, entrou em funcionamento o seu novo modelo.

Por um lado, a nova pesquisa está mais completa, uniforme, organizada e confiável. Os resultados desse primeiro mês de funcionamento do novo modelo demonstram uma baixa participação dos usuários, comparativamente com os períodos anteriores.

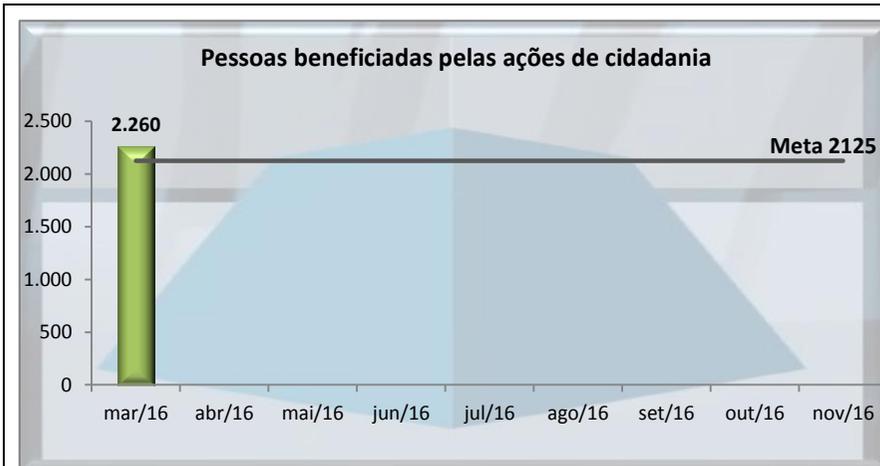
**Questão:** Qual o motivo da baixa participação dos usuários respondentes?

**Hipóteses:** a baixa participação está visivelmente associada à fase de ajustes e aperfeiçoamentos que o novo modelo está passando, tanto em relação ao sistema informatizado criado para a referida pesquisa, como na questão referente ao acesso e à divulgação no novo Portal do STJ.

**Soluções propostas:** Com o intuito de melhorar o novo modelo de pesquisa de satisfação do usuário, a fim de gerar maior e melhor participação do usuário externo com o Tribunal, está em andamento a segunda fase do projeto estratégico “Pesquisa de Satisfação do Usuário”, em que estão sendo incluídos o aperfeiçoamento do sistema informatizado, as melhorias no acesso à pesquisa no Portal do STJ e a ampliação da divulgação da pesquisa no Portal pelas unidades que tem serviços avaliados.



## Objetivo: Promover a cidadania



**Comentário:** No primeiro trimestre de 2016, o Tribunal superou a meta trimestral de beneficiar pessoas com ações de cidadania.

Os fatores que compõem o indicador são ações de cidadania coordenadas por unidades distintas do Tribunal, que têm sido cada vez mais reconhecidas pela sociedade. Visando à melhoria de aferição, para o Plano STJ 2020, decidiu-se pela distribuição das metas entre as várias ações trazendo mais motivação aos colaboradores que assim têm mais claro o quantitativo de público a ser recebido sob sua responsabilidade.

A Secretaria de Documentação (SED) detectou que apenas em uma das ações sob sua responsabilidade não superou a meta – Saber Universitário, pois muitas instituições de ensino superior iniciaram suas aulas somente na segunda quinzena de fevereiro, em virtude do feriado de Carnaval. Assim, não houve tempo hábil para a organização da logística de visitação ao Tribunal.

A Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) destacou que em relação à ação Alfabetização de Adultos não sabe se será possível a formação de turmas, tendo em vista a redução do número de terceirizados. Quanto à Inclusão digital, apesar de abertas as vagas, não houve interessados para fechar a turma.

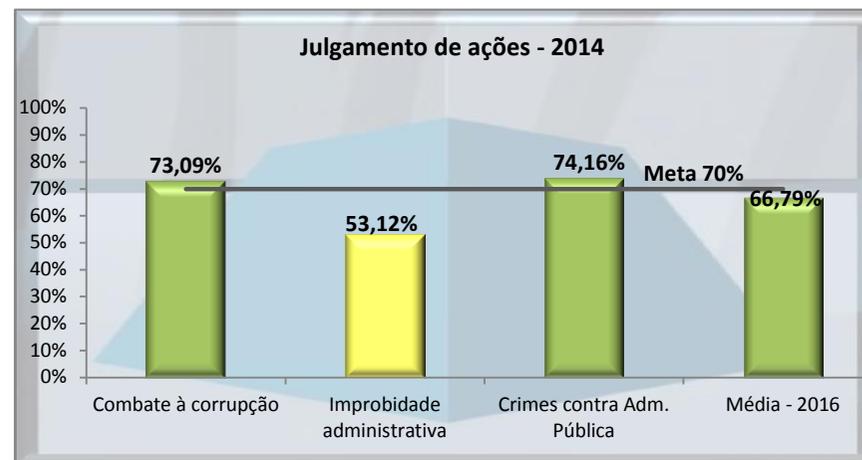
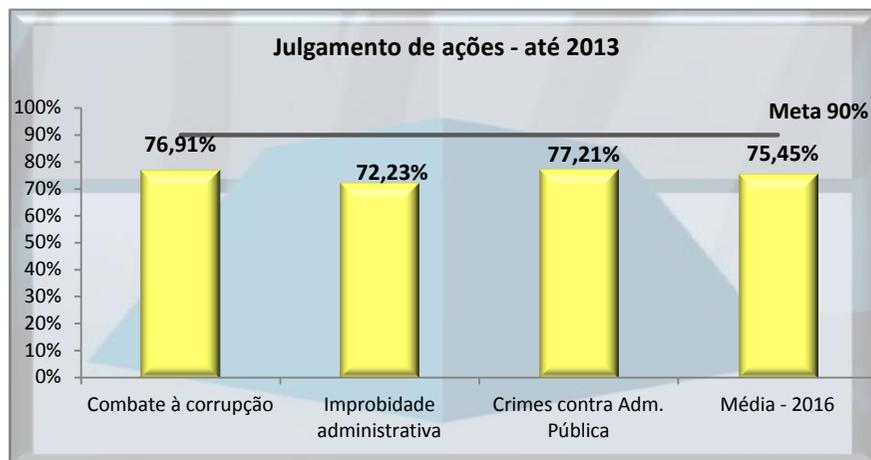
**Questão:** Segundo a SED, o maior número de participantes da ação Saber Universitário tem origem em visitantes de fora do DF. Ultimamente, vem recebendo e-mails e telefonemas de desistência da visitação ao STJ.

A AGS propõe uma análise a respeito da continuidade da ação Alfabetização de Adultos devido a falta de participantes.

**Hipóteses:** A SED considera os altos preços de passagens e hospedagem em Brasília como uma possível causa das desistências de visitação por instituições de fora do DF.

**Soluções propostas:** Na tentativa de aumentar a participação na ação Saber Universitário, a SED tentará intensificar as visitas de universitários do DF.

A AGS analisa a melhor opção para o destino da ação Alfabetização de Adultos. Em um primeiro momento, ocorreu uma tentativa de fazer uma parceria com a Secretaria de Educação do DF para angariar participantes para a ação. Caso necessário, outra opção será a incorporação da Alfabetização de Adultos pela ação Educação de Jovens e Adultos à distância.

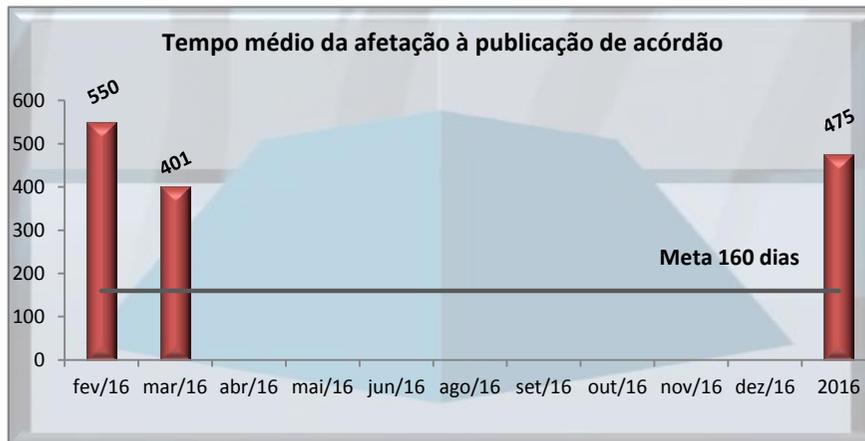
**Objetivo: Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa**

**Comentário:** Esse indicador está alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2016, que trata de priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. Em 2016, a meta em relação às ações distribuídas em 2014 foi modificada para 70% ao ano, conforme aprovado durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em novembro de 2015. Observa-se que em relação aos 2 períodos de referência o resultado que ficou mais distante de alcançar a meta foi quanto ao julgamento de ações que tratavam de improbidade administrativa, contribuindo para uma queda na média do trimestre.

**Questão:** Como alavancar os resultados nos processos de 2013?

**Soluções propostas:** Visando ao cumprimento da meta traçada, principalmente no que tange às ações distribuídas até 31/12/2013, os resultados serão levados ao conhecimento dos gabinetes dos ministros por intermédio de relatórios mensais individualizados.

**Nota explicativa:** O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o seu acompanhamento subdividindo-a da seguinte maneira: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2013; e 70% das distribuídas em 2014. Após, em relação a cada ano, separa em 3 tipos de ação: Combate à corrupção; Improbidade Administrativa; Crimes Contra A Administração Pública. Dessa forma, ocorre a geração de 6 percentuais de cumprimento, sendo 3 em relação ao julgamento dessas ações até 2013 e 3 referentes a 2014. Para enriquecer a compreensão, o resultado também é representando graficamente por uma média dos percentuais de cumprimento dos 3 tipos de ação em relação aos períodos de referências.

**Objetivo: Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes**

âmbito desta Corte.

Houve uma publicação a mais se comparado ao primeiro trimestre de 2015. Identifica-se, assim, que o STJ mantém o ritmo de publicação de acórdãos dessa natureza. O aumento expressivo do tempo médio de 2016 (475 dias) em relação a 2015 (172 dias) se deu pelo motivo de que em fevereiro e março de 2015 somente foram publicados acórdãos de processos afetados em agosto e setembro de 2014, enquanto em fevereiro e março de 2016 foram publicados acórdãos de processos afetados em fevereiro de 2014, fevereiro e março de 2015.

**Questão:** Quais medidas podem ser tomadas para reduzir o prazo dos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos?

**Soluções propostas:**

- Uma medida que poderá trazer resultados para o próximo semestre será a aprovação da alteração ao regimento interno do STJ em relação aos recursos repetitivos. Proposta que está em tramitação, no âmbito administrativo do STJ, por meio da Proposta de Emenda Regimental 39/2016. Caso haja aprovação, o recurso repetitivo terá prazo para cada procedimento percorrido.
- Realização de reuniões pontuais com ministros e seus assessores para priorização do julgamento de processos repetitivos e a publicação do respectivo acórdão.
- Realização do III Encontro Nacional de Tribunais, com o objetivo de debater procedimentos relacionados a recursos repetitivos. Esse evento poderá contribuir para a formação de parcerias entre os tribunais e o STJ, refletindo numa melhora na celeridade dos casos submetidos ao rito dos recursos repetitivos. O evento está previsto para maio.

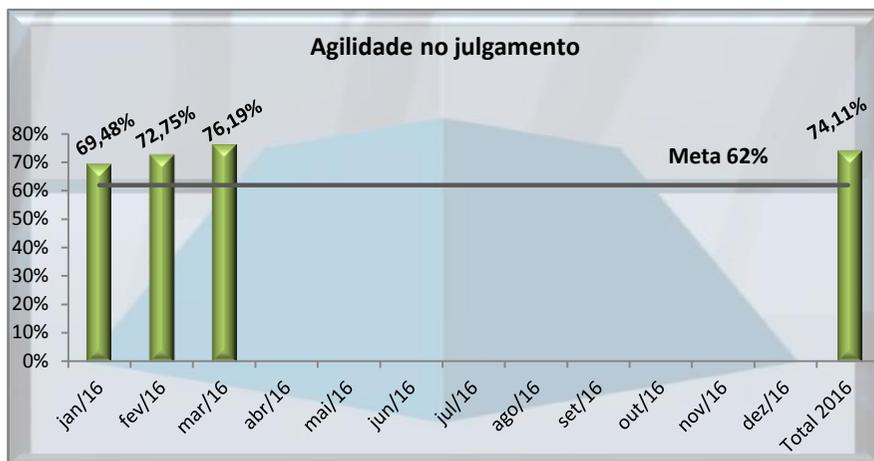
**Nota explicativa:** Somente são considerados, na presente meta, processos afetados a partir de 2014. O presente indicador é acompanhado pela Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014). O Coordenador do NURER participa de todas as reuniões da comissão e sempre que possível ressalta a necessidade de se privilegiar o julgamento de recursos repetitivos. Para argumentar, são apresentados, mensalmente, diversos relatórios com as situações dos temas, acompanhados de possíveis soluções.

**Comentário:** O indicador está alinhado à Meta Nacional n. 7 de 2016, que trata de reduzir o tempo médio da afetação do recurso repetitivo à publicação de seu acórdão de mérito para 160 dias, em 2016. De 2 de fevereiro a 31 de março de 2016 (no mês de janeiro não há publicação no STJ), o tempo médio entre a afetação do processo até a publicação do acórdão foi de 475 dias. Em relação a essa prévia, importante registrar que:

- No mesmo período de 2015, o tempo médio foi de 172 dias.
- Ocorreram, no período, quatro publicações:
  - Corte Especial: 1 acórdão publicado
  - Primeira Seção: 1 acórdão publicado
  - Segunda Seção: 2 acórdãos publicados
- Não houve publicação de acórdão oriundo da Terceira Seção.
- em 18/3/2016, entrou em vigor a Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) que destacou relevantes aspectos dos recursos repetitivos e, certamente, produzirá efeitos positivos no

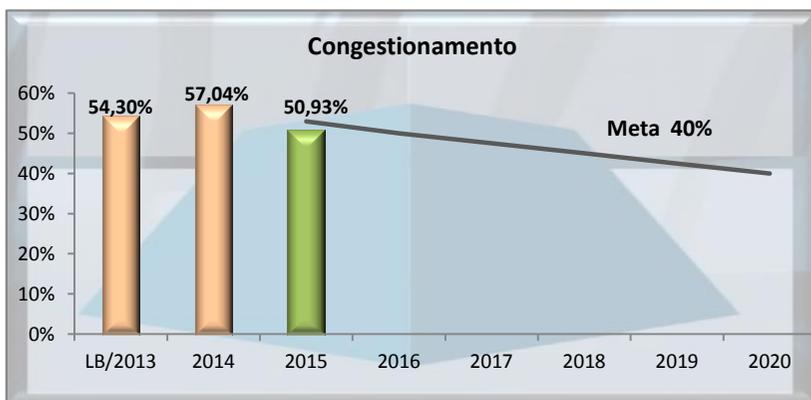


**Objetivo: Buscar excelência na prestação jurisdicional**



**Comentário:** O indicador *Agilidade no julgamento*, que para 2016 tem meta de 62,5% de processos baixados em até um ano, fechou o período com um resultado de 74,11%. Tal indicador demonstra a efetividade da triagem do AResp que nos três primeiros meses do ano conseguiu evitar que cerca de 25.000 processos fossem encaminhados aos gabinetes de ministro.

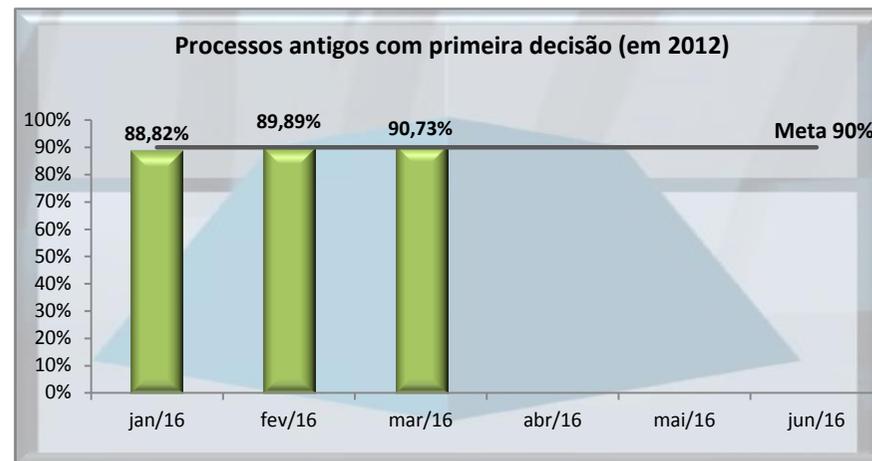
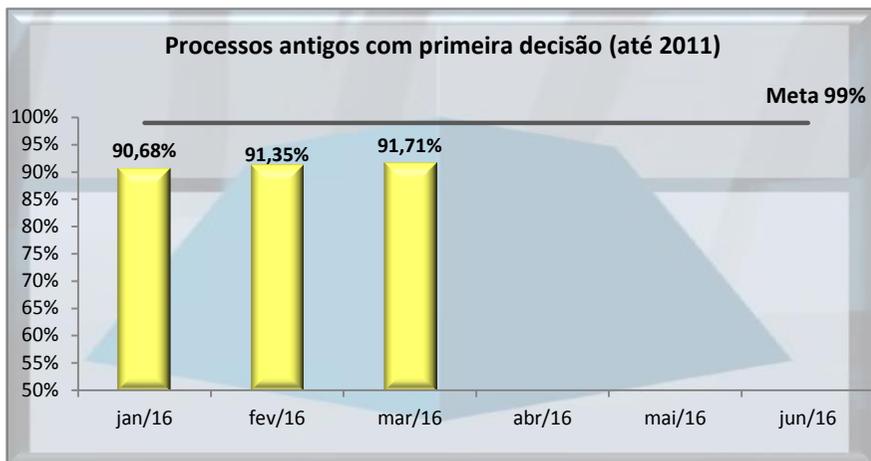
O indicador *Atendimento à demanda* (equivalente à Meta Nacional n. 1) monitora se o número de processos julgados está maior que a entrada de casos novos, demonstrando se há equilíbrio entre a produtividade e a demanda do Tribunal. Podemos observar que, nesse 1º trimestre de 2016, o STJ está julgando um volume de processos superior aos casos novos que ingressaram na Corte, com um desempenho 14,81% acima da meta estipulada. Destaca-se que janeiro compreende um período de recesso regimental.



**Não mensurado no período**

**Comentário:** A partir de 2016, o indicador está alinhado ao que é mensurado pelo sistema Justiça em Números, coordenado pelo CNJ, deixando de ser uma meta nacional específica para o STJ. Assim, sua periodicidade passará a ser semestral.

Para esse ano, a meta é reduzir para 50% a taxa de congestionamento dos processos no Tribunal.



**Comentário:** Ressaltando-se o desdobramento em dois períodos de referência e acompanhamento distintos em cada um deles, o indicador de processos antigos para aqueles distribuídos até 31/12/2011 continua sendo uma meta desafiadora para o Tribunal, como pode ser observado em seu gráfico. Em relação ao apurado para os processos distribuídos em 2012, cuja meta é julgar 90%, o desempenho do STJ novamente permitiu o cumprimento da meta já no primeiro trimestre

**Questão:** Quais medidas podem ser tomadas para atingir a meta esperada para os processos antigos distribuídos até 2011?

**Soluções propostas:** Os resultados serão levados ao conhecimento dos gabinetes dos ministros por intermédio de relatórios mensais individualizados.

**Nota explicativa:** O presente indicador está alinhado com a Meta Nacional n. 2/2016 e o seu acompanhamento subdivide-se em 2 indicadores, como pode ser observado nos gráficos.

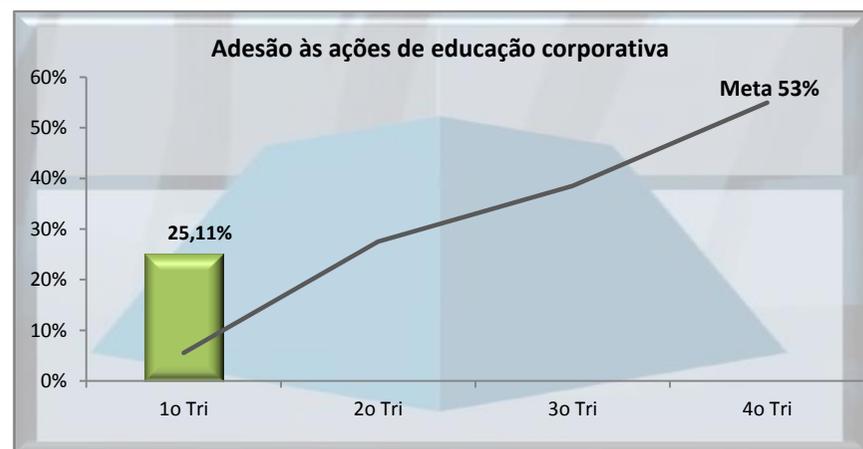


## Objetivo: Aprimorar competências



## Não mensurado no período

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2016, tendo como meta manter, no mínimo, em 90% o desempenho por competência dos gestores. Na tentativa de cumprimento dessa meta, no primeiro trimestre de 2016, os gestores realizaram atividades decorrentes do Ciclo de Diagnóstico de Competências de 2015, ocorrendo a consolidação dos resultados em relatórios com identificação do perfil de competências de cada unidade do Tribunal. A análise dos resultados coletados foram enviados para as secretarias e coordenadorias do STJ.



**Comentário:** O resultado apurado no 1º trimestre ficou próximo do esperado para o segundo (27,5%). Observa-se uma participação de mais servidores nas ações de educação corporativa (EC) ofertadas pelo STJ. Essa adesão do corpo funcional é positiva, na medida em que: minimiza a pressão para o cumprimento da meta nos últimos trimestres do ano; contribui para o atingimento do quórum mínimo exigido para realização das ações de EC; revela o alinhamento de mais servidores ao valor 'aprendizagem contínua'; e, sobretudo, proporciona o aprimoramento das competências dos servidores, auxiliando o STJ a cumprir seus objetivos estratégicos e sua missão institucional.

**Questão:** A ampliação da comunicação e divulgação das ações de EC estão sendo mais eficazes? O provimento de grande quantidade de servidores elevou a quantidade de interessados em Adicional de Qualificação - AQ?

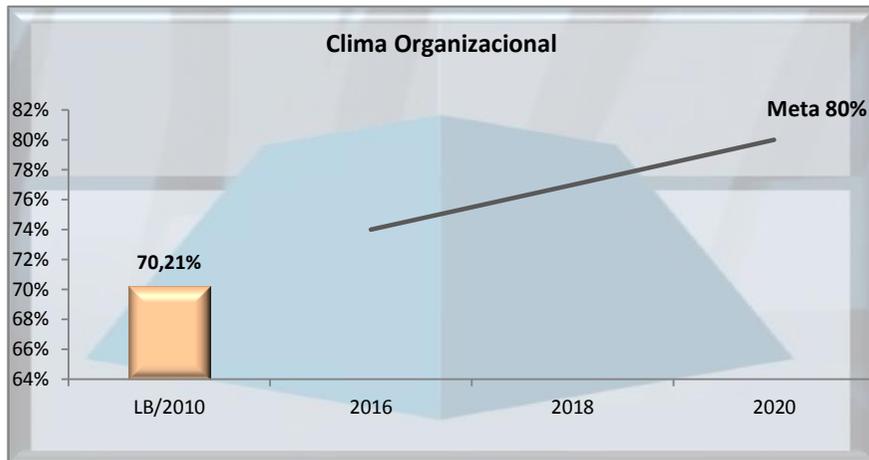
**Hipóteses:** 1 - servidores recém-ingressos podem estar interessados em participar de ações de EC devido ao AQ, já que houve uma posse coletiva expressiva em janeiro/2016. 2 - as ações de comunicação interna estão mais recorrentes e mais convidativas

**Soluções propostas:** Propõe-se a continuidade e a ampliação das campanhas de divulgação (cartazes, convites eletrônicos, VemComigo, SGPdivulga, etc). Sugere-se, ainda, a verificação do percentual de novos

servidores (empossados em janeiro/2016) que contribuirão para a composição da meta no primeiro trimestre, para que sirva como base de comparação no segundo trimestre.



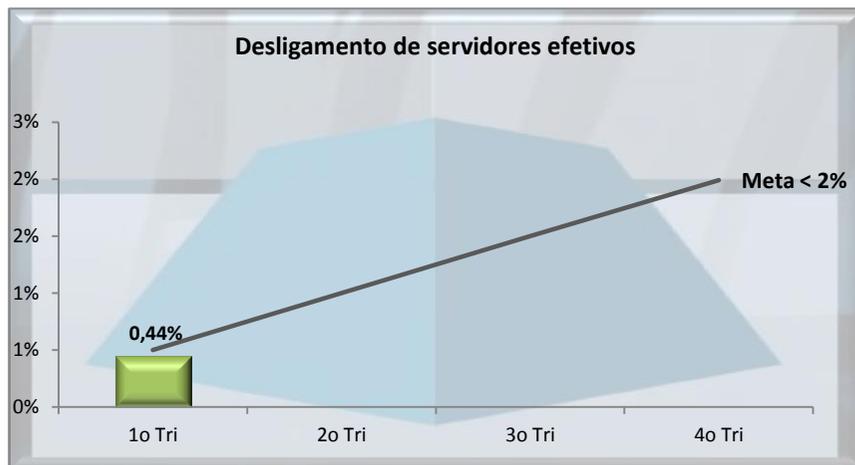
**Objetivo: Atrair e reter talentos**



**Não mensurado no período**

**Comentário:** A última mensuração deste indicador, 76,47%, ocorreu em 2010 e serviu de linha de base para a meta de 80% para o período até 2020. A periodicidade do indicador é bianual, tempo considerado razoável para que o Tribunal execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição. Na época, os menores índices foram para os fatores: desenvolvimento profissional – 56,65%; espírito de equipe – 58,00% e comunicação - 61,44%. A nova pesquisa de clima está prevista para 2016.

Para auxiliar na elaboração do instrumento de pesquisa de satisfação do servidor, foi contratado o Curso Diagnóstico e Gestão de Clima Organizacional, ministrado pela Dr<sup>a</sup> Kathia Palácios, psicóloga e professora da Universidade de Brasília. Além disso, a área responsável submeteu projeto para gestão do clima para análise do Escritório Corporativo de Projetos.



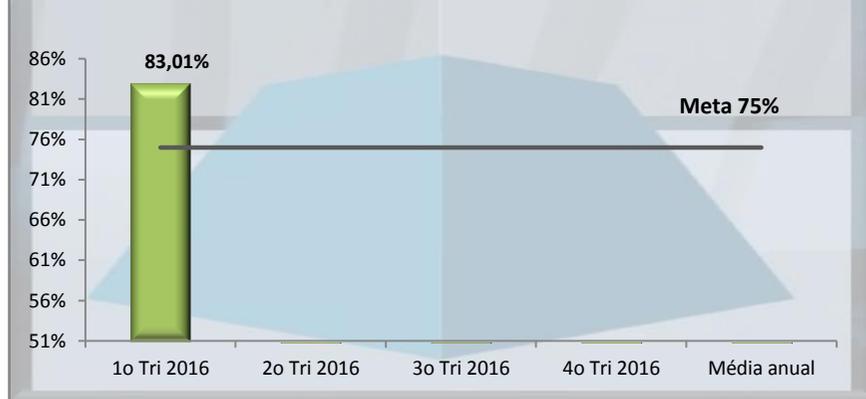
**Comentário:** Conforme apresentado no gráfico de acompanhamento deste indicador, o percentual de desligamento de servidores efetivos do STJ no 1º trimestre de 2016 foi de 0,44%, abaixo do limite de 0,5%.

Após a análise das entrevistas dos servidores que saem do Tribunal, verificou-se que, de modo geral, o motivo alegado para justificar a procura por novas oportunidades profissionais está vinculado à remuneração considerada defasada em comparação a carreiras análogas.

Com o intuito de aperfeiçoar a coleta de dados, a Secretaria de Gestão de Pessoas implementará ações de melhoria dos processos de trabalho relacionados ao desligamento do servidor, tais como: reestruturação do formulário de desligamento, realização de entrevista presencial para verificação dos motivos de saída, *benchmarking* com outros órgãos e elaboração de relatório periódico com informações sobre os motivos dos desligamentos e propostas de ações para reter e valorizar os servidores do Tribunal.



### Ocupação de cargos e funções comissionados por servidores efetivos

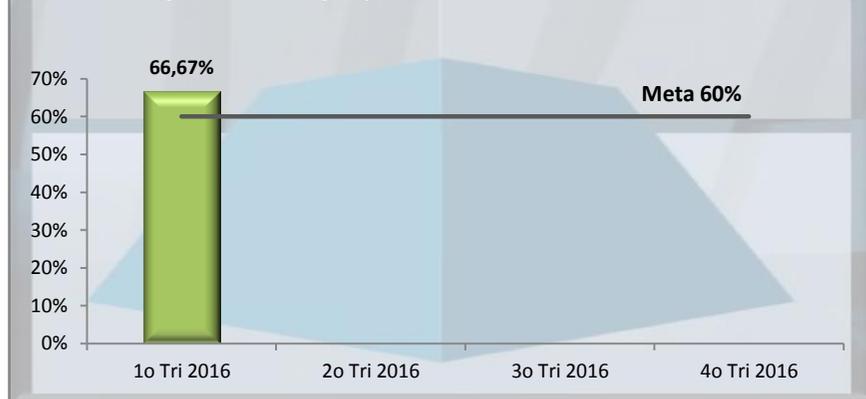


**Comentário:** Conforme apresentado no gráfico de acompanhamento deste indicador, o percentual de ocupação de cargos/funções comissionadas por servidores efetivos do STJ no 1º trimestre de 2016 foi de 83,01%, acima da meta de 75%.

Cabe ressaltar que, após análise dos dados, verificou-se que o percentual de preenchimento de cargos comissionados é de 64,02% e de funções comissionadas é de 87,64%.

Com o intuito de aumentar o índice de ocupação, especialmente de cargos comissionados, por servidores efetivos, a Secretaria de Gestão de Pessoas implementará ações de aprimoramento dos serviços de seleção interna bem como sugerir alterações no regulamento sobre movimentação de servidores para as diversas unidades do Tribunal.

### Ações de educação promovidas com instrutor interno



**Comentário:** O resultado do 1º trimestre é positivo, tendo em vista uma maior aprovação de processos pela Administração do STJ ao se tratar de ações de educação corporativa quando ministradas por instrutores internos. A instrutoria interna permite a valorização dos servidores, a adequação das ações de educação à realidade do Tribunal e mostra-se mais econômica, aspecto extremamente favorável no atual contexto de restrição orçamentária.



Objetivo: **Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC**



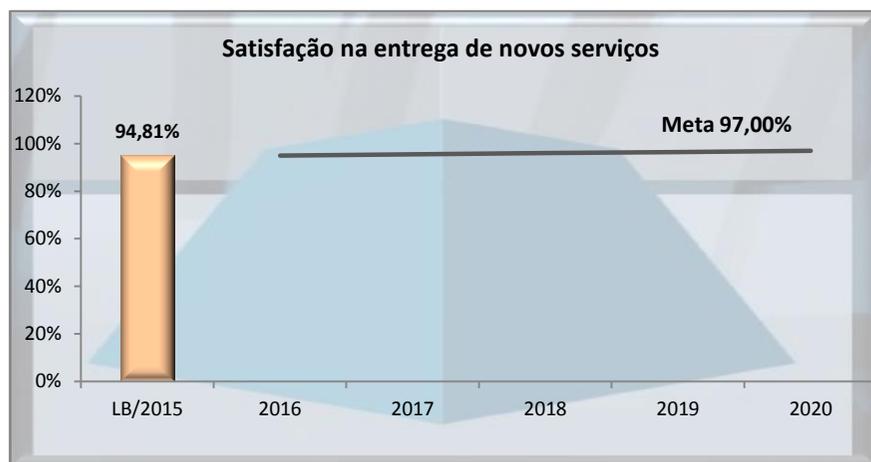
#### Vazão de demandas

**Comentário:** O indicador visa medir o quanto está sendo produzido de novas soluções com o intuito de reduzir o congestionamento de demandas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

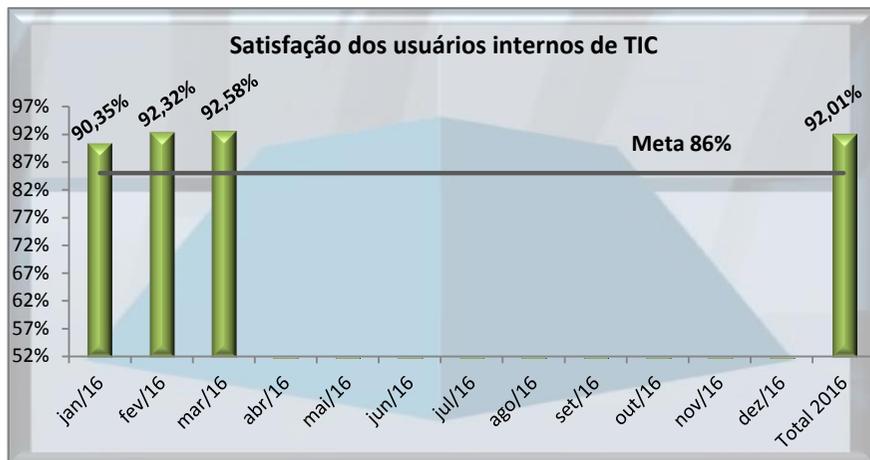
A previsão era que a mensuração relativa ao ano de 2015 fosse a linha de base para o desempenho do período 2016-2020. Contudo, os gestores, Edmundo Veras dos Santos Filho e Rodrigo Almeida de Carvalho, designados pela Portaria STJ/GDG n. 594 de 30 de junho de 2015, não se manifestaram sobre o assunto.



#### Não mensurado no período



**Comentário:** O indicador possui periodicidade semestral. Entretanto, com o levantamento da linha de base em 2015 (94,81%), constatou-se que a previsão da meta estava equivocada, pois propunha em “Aumentar em 10% o percentual de satisfação na entrega de novos serviços, até dez/2020”, o que ultrapassaria 100% de satisfação. Assim, a meta teve de ser alterada, passando a ser descrita por “Alcançar 97% de satisfação na entrega de novos serviços, até dez/2020”.



**Comentário:** A unidade CORE é responsável pelo controle e monitoramento da Pesquisa de Satisfação do Cliente Interno, disponibilizado pelo agente STI "i" em todas as máquinas do Tribunal. O SIGA envia uma solicitação de pesquisa aleatoriamente para algum cliente que recebeu um suporte em TI e o chamado já foi fechado. O cliente pode, ou não, se identificar. No período, foram enviadas mais de 1.200 solicitações de pesquisas, sendo que 67,3% responderam às pesquisas enviadas.

No mês de fevereiro, houve transição contratual, mas a maior parte da equipe terceirizada se manteve.

Os comentários da realimentação do cliente já foram inicialmente respondidos por e-mail para cada cliente e todos foram analisados e comentados durante a Reunião de Análise Crítica realizada pela CORE.

Acompanhando o Planejamento Estratégico, o Conselho da Qualidade propôs aumentar a meta para >= 86% a partir de Janeiro de 2016.

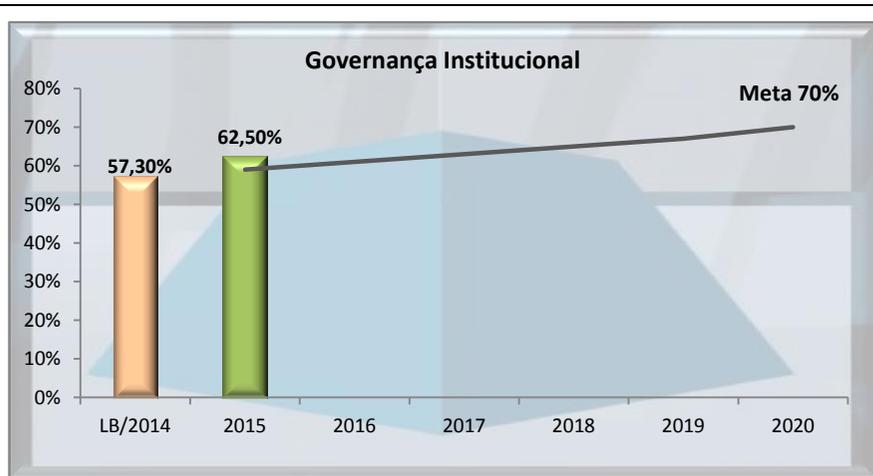
**Nota explicativa:** Apesar de a CORE ser a responsável pela pesquisa, ela não abrange somente os serviços prestados por aquela, mas sim todos os chamados registrados para suporte em TIC.

**Objetivo: Fortalecer a governança institucional**



**Não mensurado no período**

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2016. A meta para 2020 é alcançar o estágio "intermediário" em grau de maturidade em governança de pessoas, com percentual de cumprimento de 52%. Tendo em vista o percentual já atingido até o momento, os gestores do indicador estão estudando nova proposta de meta para os períodos subsequentes.

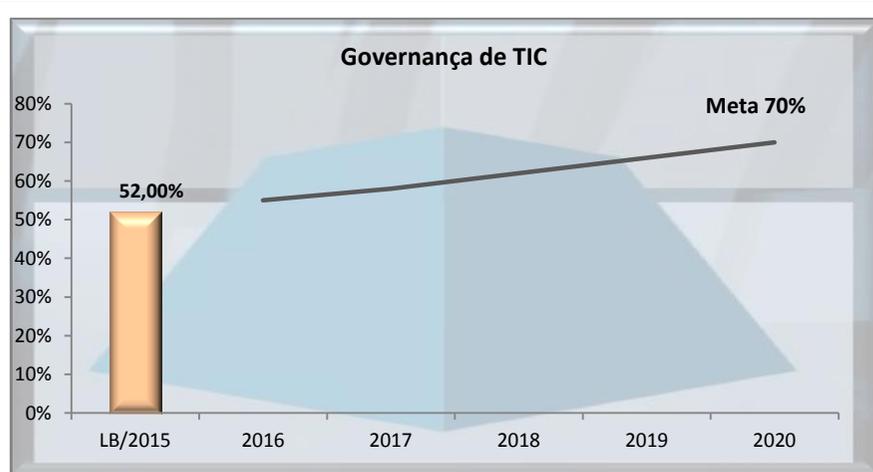


**Não mensurado no período**

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual, devendo ser mensurado somente em dezembro de 2016. Para o exercício corrente pretende-se alcançar 61% de grau de maturidade quanto à governança institucional.

Os gestores do indicador, a partir da análise das questões que obtiveram índice inicial de maturidade, estão realizando reuniões de estudo sobre partes interessadas para viabilizar a implementação de tal foco nos processos de gestão de projetos, de riscos e do planejamento estratégico.

Outra medida é a implantação de política de governança institucional. Já foi elaborada minuta de norma sobre o assunto e se encontra em análise pela administração.

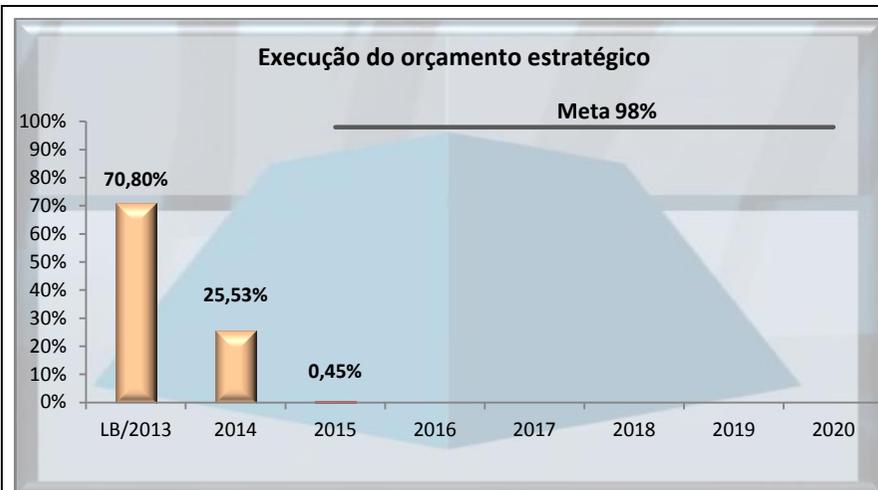


**Não mensurado no período**

**Comentário:** A medição deste indicador é anual e ocorre somente em dezembro de 2016. A meta proposta é de alcançar, em 2016, 55% de grau de maturidade em relação à governança de TIC, mantendo-se em um estágio “intermediário”, para que em dezembro de 2020 atinja o estágio “aprimorado”, com 70% de maturidade quanto ao tema.



**Objetivo: Assegurar e gerir o orçamento**



**Não mensurado no período**

**Comentário:** O indicador com periodicidade trimestral deveria ser aferido em março de 2016. Entretanto, não pôde ser mensurado, pois ainda não existe um orçamento aprovado para o Superior Tribunal de Justiça em 2016, após a fase de contingenciamento. Assim, não é possível especificar o valor disponibilizado, tampouco o executado em cada iniciativa estratégica.



**Comentário:** Esse indicador mede a execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, acrescido dos créditos suplementares, tendo como referenciais os seguintes grupos de natureza de despesa: (1) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; (3) Outras Despesas Correntes; e (4) Investimentos. Observa-se que a execução do orçamento no primeiro trimestre superou a meta prevista para o período, tendo maior impacto as despesas dos grupos (1) e (3).

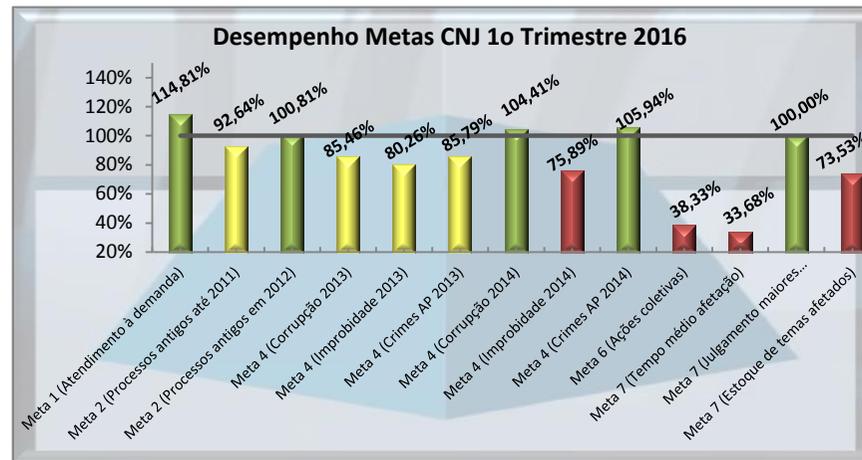
**Nota explicativa:** Os valores aprovados na LOA 2016 para o STJ tiveram uma redução de R\$ 89.372.353,00 em relação ao projeto aprovado pela Corte Especial. Tal situação impõe restrições na execução das atividades desta Corte, já que o maior volume desses recursos (R\$ 81.610.685,00) eram destinados a despesas dos grupos (3) e (4).

 **Aderência às metas do PLS/STJ**

**Comentário:** O indicador é formado por 15 temas, a saber: água, capacitação, combustíveis, copo, energia, garrafas de água, impressão, limpeza, obras, papel, qualidade de vida, resíduos, telefonia, veículos e vigilância, sendo todos necessários à sua mensuração. As informações sobre todos esses temas dependem da colaboração de diversas unidades deste Tribunal. Além dessa dificuldade operacional no levantamento dos dados, o indicador está em processo de avaliação. Constatou-se que diversos temas precisam de adequações para possibilitar sua medição, o que pode provocar uma significativa reformulação.



### 3. ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



As metas nacionais do Poder Judiciário atribuídas ao STJ em 2016 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados no item 2 deste relatório. Das 13 metas (computando-se nesse total o desdobramento de algumas delas) acompanhadas pelo Tribunal neste exercício, 5 foram cumpridas.

Destaca-se um desempenho 14,21% acima da meta estipulada para a Meta Nacional n. 1, que trata do *Atendimento à demanda*, demonstrando que o STJ está julgando um volume de processos superior aos casos novos. Com isso, observa-se que como ocorrido em 2015, o Tribunal continua atuando para reduzir o acervo.

Em relação ao macrodesafio de realizar a *Gestão das demandas repetitivas*, nesse exercício, a Meta 7 foi desdobrada em 3 partes, em que: A) mensura o tempo médio da afetação até a publicação do acórdão; B) os processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos; C) mede o estoque de temas afetados até 31/12/2014. Ressalta-se que a meta da parte B já está cumprida. Quanto à parte C, apesar da situação crítica, foram julgados 29,41% dos 40% estipulados para 2016. Com isso, milhares de processos sobrestados nas instâncias de origem foram influenciados.



#### 4. PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Nome do projeto	Início	Término	% Cor	Farol	Situação do Projeto	Área Temática	Unidade Ge	Processo Administrativo	Última publicaçã
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Assegurar e gerir o orçamento</b>	<b>4/5/2015</b>	<b>12/7/2016</b>	<b>68%</b>						<b>26/4/2016</b>
Metodologia de Apuração e Análise de Custos	4/5/2015	12/7/2016	68%	☹️	Em andamento	Administrativo	SOF	SEI - STJ 16745/2015	26/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Fortalecer a governança institucional</b>	<b>30/10/2014</b>	<b>9/2/2018</b>							
Alinhamento STJ 2020	24/2/2015	9/2/2018	39%	😊	Em andamento	Administrativo	AMG	SEI - STJ 15785/2015	31/3/2016
Gestão de Riscos	30/10/2014	9/6/2016	90%	😊	Em andamento	Administrativo	AMG	SEI - STJ 10717/2015	7/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>17/8/2017</b>							
Gestão Documental do STJ	7/1/2015	29/8/2016	55%	😊	Em andamento	Administrativo	SED	SEI - STJ 16751/2015	6/4/2016
Integra	31/12/2013	30/12/2015	34%	⚪	Cancelado	Administrativo	SGP	SEI - STJ 15887/2015	26/4/2016
Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia	11/5/2015	17/8/2017	2%	😊	Em andamento	Administrativo	SOJ	SEI - STJ 16747/2015	13/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Aprimorar competências</b>	<b>13/5/2013</b>	<b>7/1/2019</b>	<b>68%</b>						<b>26/4/2016</b>
Aprimore STJ	13/5/2013	7/1/2019	68%	☹️	Em andamento	Administrativo	SGP	SEI - STJ 15883/2015	26/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Buscar excelência na prestação jurisdicional</b>	<b>22/7/2013</b>	<b>7/4/2017</b>							
ARESP	5/5/2014	27/5/2016	87%	😊	Em andamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16738/2015	26/4/2016
E-PET	19/5/2015	10/10/2016	31%	😊	Em andamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16740/2015	26/4/2016
Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais	17/8/2015	16/12/2016	19%	😊	Em andamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16741/2015	26/4/2016
Importação de Metadados dos Tribunais de Origem	12/2/2015	14/6/2016	47%	😊	Em andamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16743/2015	26/4/2016
Intimações Eletrônicas	4/5/2015	23/10/2015	100%	✅	Concluído	Judicante	SOJ	SEI - STJ 16750/2015	25/11/2015
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	29/9/2015	100%	✅	Concluído	Judicante	SJD; SOJ	SEI - STJ 15910/2015	9/12/2015
Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores	1/12/2015	7/4/2017	26%	😊	Em andamento	Judicante	SOJ	SEI - STJ 16748/2015	20/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes</b>	<b>17/3/2015</b>	<b>15/6/2016</b>	<b>74%</b>						<b>15/4/2016</b>
Gestão de Processos Múltiplos	17/3/2015	15/6/2016	74%	☹️	Em andamento	Judicante	NURER	SEI - STJ 16742/2015	15/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Promover a cidadania</b>	<b>7/1/2015</b>	<b>19/12/2016</b>							
Memória e Cultura do STJ	7/1/2015	19/12/2016	55%	😊	Em andamento	Administrativo	SED	SEI - STJ 16753/2015	6/4/2016
Semear Inclusão	7/1/2015	12/12/2016	86%	😊	Em andamento	Administrativo	SIS	SEI - STJ - 16755/2015	26/4/2016
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Oferecer serviços com qualidade</b>	<b>15/9/2014</b>	<b>23/2/2017</b>							
Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV	1/5/2015	16/12/2016	46%	☹️	Em andamento	Administrativo	SSE	SEI - STJ 16737/2015	26/4/2016
Modernização do sistema de controle de acesso	11/5/2015	23/2/2017	34%	😊	Em andamento	Administrativo	SSE	SEI - STJ 16758/2015	20/4/2016
Pesquisa de Satisfação do Usuário	21/1/2015	13/6/2016	80%	😊	Em andamento	Administrativo	OUV	SEI - STJ 12839/2015	7/4/2016
Portal 2020	15/9/2014	24/6/2016	91%	😊	Em andamento	Administrativo	SCO	SEI - STJ 16749/2015	26/4/2016

Fonte: Project Web App, atualizado em 26/4/2016, disponível em: <http://projeto/pwa>.



De modo geral, percebe-se que as iniciativas que compõem o portfólio de projetos do STJ estão em dia. Apenas o programa “Aprimore STJ” está em situação de atraso. Essa iniciativa vivenciou dificuldades relacionadas ao contingenciamento orçamentário, à ausência de sistema para análise de dados das competências organizacionais e ao apoio nas ações de comunicação. A equipe de gestores do projeto contornaram as dificuldades orçamentárias com a programação do 1º Fórum Aprimore STJ, sem ônus para o Tribunal com contratação de palestrantes, deslocamento (diárias e passagens) e coffee-break. Nesse trimestre, a equipe do programa Aprimore STJ dedicou-se à realização de atividades decorrentes do Ciclo de Diagnóstico de Competências de 2015, consolidando os resultados em relatórios, que identificou o perfil de competências de cada unidade do Tribunal. Essas análises foram enviadas às Secretarias e Coordenadorias do STJ e divulgadas na Intranet.

Ressalta-se que merecem atenção os projetos “Gestão de Processos Múltiplos”, “Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV” e “Metodologia de Apuração e Análise de Custos”. Quanto ao primeiro, o atraso é justificado pela entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) em 18/03/2016, que ensejou diversas alterações em sistemas na SJD e SOJ. Assim, as ações de TI necessárias à implantação da parte de 'Comunicações', 'Relatórios' e 'Recurso Representativo da Controvérsia', inicialmente previstas para finalizarem neste primeiro trimestre, foram prorrogadas. Esse atraso impactará outras entregas, mas é algo que já está sendo administrado pela Coordenadoria de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, que ainda conta com trabalhos não automatizados de inserção e recuperação de dados. A equipe do projeto também atuou no desenvolvimento de uma nova página de Recursos Repetitivos no Portal do STJ. Com a disponibilização dessa ferramenta, os servidores da CRER/NURER estão realizando trabalho de checagem e validação de dados. A previsão é de que, na primeira quinzena de maio, a referida página já poderá ser colocada no ar, substituindo a atual página de pesquisa. Ainda como parte do escopo do projeto, ocorreram as atualizações do RISTJ ao novo CPC. Com a publicação da Portaria STJ/GP 472, que criou grupo de estudo sobre o impacto do novo Código de Processo Civil no Regimento Interno, ocorreram reuniões de trabalho nas quais foram discutidas as sugestões de alterações ao RISTJ. A primeira parte do trabalho executado pelo Grupo de Estudo resultou, com as devidas alterações da Comissão de Regimento Interno e dos Ministros, na aprovação da Emenda Regimental 22/2016. A outra parte desse trabalho está sob análise dos Ministros.

No que tange ao projeto “Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV”, seu atraso deve-se ao escopo do projeto ser basicamente de aquisição, procedimento impactado pelo corte orçamentário pelo qual passou o STJ no orçamento previsto para 2016. Também enfrentam dificuldades da área orçamentária os projetos “Modernização do Controle de Acesso” e “Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia”. Dessa forma, sugere-se a avaliação da continuidade dos referidos projetos em RAE.

O projeto “Metodologia de Apuração e Análise de Custos” avançou na constituição de uma setorial de custos junto à Secretaria de Tesouro Nacional - STN. Foi definida a codificação dos centros de custos e seus respectivos registros no sistema SIAFI, que no momento conta com mais de 280 centros de custos cadastrados. A estruturação do repositório de dados em formato *Data Warehouse* com informações do plano anual de contas, notas de empenho, ordem bancária, pré-empenho e GRU está com um pequeno atraso, que deve ser contornado no próximo trimestre.

Dentre os projetos da área administrativa, no que tange ao “Alinhamento STJ 2020”, foram iniciadas as ações de alinhamento em mais duas Secretarias: SED e STI. Também foi publicada Instrução Normativa para normatização do Alinhamento Estratégico no STJ, além de realizado evento para premiação da unidade com melhor desempenho em 2015.

No projeto “Gestão de Riscos”, a aplicação da metodologia de gestão de riscos nas iniciativas estratégicas tem se dado de forma gradual e sem maiores problemas. Está previsto para o próximo trimestre o aperfeiçoamento do monitoramento dos planos de riscos já iniciados, bem como concluir a elaboração/ iniciação dos planos de riscos para as demais iniciativas estratégicas vigentes.

O programa de “Gestão documental do STJ” teve como entrega a parametrização de novos modelos e formulários do sistema SEI. Após essa etapa, será



efetuada uma pesquisa de satisfação dos usuários com as melhorias recentemente implantadas.

A nova “Pesquisa de Satisfação do Usuário” foi publicada no novo portal do STJ. A gestora solicitou uma extensão de prazo de encerramento da iniciativa por mais um trimestre para que se monitore a pesquisa e verifique eventuais erros ou inconsistências.

Entre os projetos da área judicante, destaca-se o “ARESP”, que está em fase de encerramento. Para a conclusão do projeto, os gestores farão uma análise do indicador que irá mensurar o impacto do projeto nos ARESPs que não foram distribuídos por serem manifestamente inadmissíveis.

O projeto “E-pet” evoluiu com a implementação de funcionalidades de software visando à substituição de aplicações desenvolvidas em tecnologia Applet Java do Portal do STJ. Foram implementados os novos serviços de login de usuário e o de Peticionamento inicial. Já o projeto “GRU” não apresentou entregas nesse trimestre, tendo em vista que sua equipe técnica está priorizando as demandas do E-pet.

O projeto “Importação de Metadados” foi retomado com a normalização do envio de processos pela Infovia. A STI concluiu as atividades de homologação junto ao TJRS. Ainda neste semestre, estão previstas as implantações do sistema GPE – Gestão de Peças Eletrônicas no TJMG, TJSC e TRF3.

Está em fase de homologação a Juntada automática de documentos (NCPC, art. 228, §2º), entrega importante do projeto de “Modernização dos Trâmites Processuais dos Órgãos Julgadores”. A implantação deste produto depende apenas do questionário para validação das petições juntadas automaticamente, que está prevista para o final de maio. Ainda neste trimestre estão previstas como entregas o módulo de Intimação da sociedade dos advogados registrada na Ordem dos Advogados do Brasil. (NCPC, art. 272, §1º) e o cadastro de empresas públicas e privadas obrigadas a manter dados atualizados nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações (NCPC, art. 246, §1º).

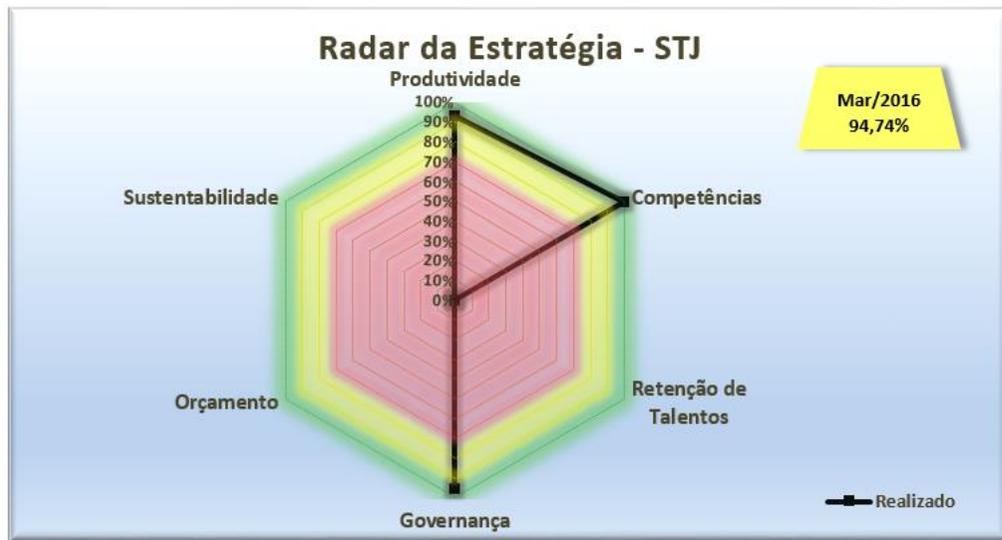
Relacionado aos projetos “Portal 2020” e “Semear Inclusão”, o Tribunal implantou nova funcionalidade em seu portal dando uma atenção especial aos usuários que possuem algum tipo de deficiência: o STJ adotou as recomendações de acessibilidade da *World Wide Web Consortium (W3C)*, entidade internacional que padroniza e homologa sites do mundo inteiro. As preocupações com a acessibilidade resultaram em uma página adaptada para os leitores de tela — programas voltados principalmente para pessoas com limitações visuais. Os leitores de tela capturam as informações apresentadas em forma de texto e as transformam em comandos de voz.

O programa “Memória e Cultura do STJ” realizou diversas ações, como a visita de 70 idosos da Obra Social Santa Izabel, de Brazlândia/DF ao STJ. O programa também lançou a publicação de mais uma edição da Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ. Entre os homenageados, destacam-se magistrados que foram para o Supremo Tribunal Federal (STF), ex-presidentes do STJ e outros ministros que marcaram época na corte.

Foram apresentados os projetos “Arquivo Histórico Virtual do STJ”, “Pesquisa de Clima Organizacional” e “Plano de Logística Sustentável” para comporem o portfólio do Plano. Todos receberam pareceres favoráveis do ECP no que tange à viabilidade técnica e estão aguardando Reunião de Análise Estratégica para serem submetidos à aprovação da Alta Administração.



## 5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



de controle de gestão.

Além do **orçamento**, que se refere atualmente aos custos dos projetos estratégicos, mensurados no período, a **retenção de talentos**, indicador cuja periodicidade de ocorrer em 2016, e a **sustentabilidade**, cuja definição do indicador padrão setorial desdobramentos de indicadores estratégicos do Plano STJ 2020, que também

Nesse primeiro trimestre de 2016, o Tribunal obteve média de **94,74%** no radar da estratégia, índice ainda considerado aceitável, mas muito próximo de atingir a situação ótima. Houve um aumento de mais de 10% em relação à avaliação anterior, de dezembro de 2015, que ficou em 82,85%.

Os resultados iniciais do alinhamento na SAD e na SGP passaram a integrar o radar da estratégia institucional. Acredita-se que, no próximo ciclo trimestral, a SED e a STI também possam ser consideradas para a consolidação do radar.

Ressalta-se que o critério **produtividade** é o único em situação aceitável, tendo apresentado média de 88,34% de desempenho. Medidas corretivas já estão em andamento nas unidades que participaram do processo de avaliação nesse ciclo com vistas à melhoria dos resultados setoriais. Os critérios **competências** e **governança** encontram-se em situação ótima, como pode ser observado no gráfico, demonstrando que os gestores das unidades não apenas se preocupam com o desenvolvimento de suas equipes, mas também estão atentos aos marcos

### Legenda:

Situação Ótima	A partir de 95%
Situação Aceitável	Entre 80 e 94,99%
Situação Crítica	Abaixo de 80%
Não mensurado	Sem mensuração no período devido
Não aplicável	Sem meta ou em estudo

outros dois critérios não foram medição é bianual e está prevista para está em fase final. Ambos são aguardam mensuração.